

Editorial

Com a publicação desta edição, a Libertas apresenta o resultado do trabalho realizado pela comissão editorial atual. Com a permanência das professoras Isaura Aquino e Mônica Grossi, e do Técnico em Assuntos Educacionais Luciano Cardoso de Souza, a comissão posteriormente, chega ao seu formato atual com a vinda da professora Alexandra Eiras. Expressamos nosso reconhecimento ao trabalho realizado por Luciano Cardoso de Souza, sua postura sensível aos temas da revista e por nos ter brindando com as fotos da capa e da contracapa, nas quais tivemos como "modelo" o nosso muito prezado técnico-administrativo em educação Lucas da Silva Simeão, figura histórica na Faculdade de Serviço Social e na militância sindical da UFJF.

É com imensa alegria e satisfação que apresentamos mais um número da Libertas. Esta edição conta com o dossiê temático, a seção de temas livres, seguidos das seções entrevista e traduções, sendo finalizada com uma resenha de livro.

O dossiê *Estado, Democracia e Serviço Social* reúne artigos que refletem sobre o contexto atual de profunda crise do capital, a relação entre Estado e Sociedade Civil, expressando os desafios para a sustentação da democracia em face da luta entre projetos sociais antagônicos e as contribuições da profissão de Serviço Social nos processos de resistência. Conta com doze artigos que discutem questões relacionadas ao Estado capitalista, às relações de poder, ao racismo, às desigualdades, à democracia, às disputas de projetos antagônicos, à questão da emancipação humana, do associativismo e da educação popular. Conta ainda com análises relacionadas às condições de emergência do neofascismo no Brasil e, especificamente, sobre o governo Bolsonaro, ressaltando questões como a degradação dos direitos do trabalho e a crítica das políticas de emprego e renda.

O artigo que abre o dossiê, "Estado capitalista e democracia: disputa de projetos políticos-ideológicos", de Paula Raquel da Silva Jales (UECE) e de Solange Maria Teixeira (UFPI) discute, a partir da crítica à democracia burguesa e dos processos de participação e de resistência, as contradições e sentidos da democracia, apontando seus usos restritivos e práticas de desmantelamento da participação deliberativa de um governo de direita, como o governo Bolsonaro.

Já o segundo texto, "Estado, capitalismo dependente e racismo no Brasil: considerações teórico-metodológicas", de Ana Paula Ornellas Mauriel (UFF), nos traz os temas do Estado e da dependência, tomando a categoria capitalismo dependente e a Questão Social. Parte do debate marxista do Estado, o caráter dependente dos Estados Latino-americanos, destacando as principais determinações econômico-sociais da realidade brasileira, na constituição do Estado e das formas de dominação, afirmando a centralidade do racismo na ação do Estado para a manutenção da dependência.

O terceiro artigo, "Estado, Burocracia e Poder", de Patrícia da Silva Coutinho (UFJF), completa o primeiro bloco de trabalhos – dedicados à análise do Estado Capitalista – destacando a obra de Charles Wright Mills. Em seu texto, a autora busca pôr em relevo os aportes de Mills sobre o poder, para a compreensão da organização social e da ideologia norte-americana.

Os três artigos seguintes tratam da questão da democracia e das desigualdades, o problema da emancipação humana e da universalização da democracia como tarefa da revolução proletária.

O artigo de Jairo de Carvalho Guimarães (UFPI) "Democracia com desigualdades: sinais de vulnerabilidade social em ambientes politicamente ideologizados" discute os sinais de vulnerabilidade social na realidade brasileira, principalmente no período da pandemia de COVID-19, destacando as perdas de considerável parcela da população em relação à proteção social, diante de estruturas ideológicas implementadas por agentes políticos que detêm o poder decisório.

O texto "O problema da emancipação humana na obra de Marx de 1843-1844: atualidade e desafios", de João Paulo Galhardo Brun (UFJF) e de Luiza Miranda Furtuoso (UFJF) traz contribuições fundadas, especialmente, em três obras de Marx – escritas entre 1843 e 1844 – sobre o papel da emancipação humana como objetivo final da revolução proletária. Destaca-se a importância deste estudo na compreensão de questões atuais, como a luta pela democracia e a emancipação política, nas transformações necessárias em nossa sociedade, buscando contribuir na compreensão dos limites das lutas sociais contemporâneas.

"A universalização da democracia como tarefa da revolução proletária: as lições de Marx e Engels", de autoria de Douglas Ribeiro Barbosa (UFF) busca explicitar que a ampliação e o aprofundamento da democracia nos âmbitos econômico e social se constituem como um projeto exclusivamente proletário. O autor afirma que o pensamento revolucionário de Marx e Engels se constitui de forma radicalmente democrática, baseados na crítica e na superação das restrições e limitações do poder do Estado a partir do pensamento liberal.

Na sequência, o artigo “Associativismo migrante nas encruzilhadas da gestão das políticas sociais”, de autoria de João Ricardo Lemes e de Líria Maria Bettioli Lanza, ambos da UEL, “problematiza a relação entre o associativismo migrante e as tendências da gestão das políticas sociais, no contexto de reorganização do Estado sob os ditames do neoliberalismo”. Fundamentados em pesquisa bibliográfica e de campo junto a Associações de migrantes do Paraná, analisam as contradições e os limites dessas organizações.

O artigo “Educação Popular no Brasil: uma sistematização de processos e experiências desenvolvidas nos anos 1940 a 1964”, dos autores Juliano Zancanelo Rezende e Maria Lúcia Duriguetto, ambos da UFJF, analisa as práticas e experiências de educação popular desenvolvidas no Brasil pelos Comitês Populares Democráticos (1945-1947), Universidade do Povo (1946-1957) e pelos Movimentos de Educação e Cultura Popular (1958-1964). Para os autores, a criação de práticas de educação e cultura popular e sua conversão para perspectivas pedagógicas vinculadas aos anseios das classes subalternas, nesta conjuntura histórica, potencializam a construção da mobilização, organização e conscientização em torno da luta e defesa de direitos e de um processo de democratização do país.

Os três últimos artigos do dossiê têm em comum a análise crítica do Governo Bolsonaro. O artigo de Liana França Dourado Barradas (UFPE) e de Gabriel Magalhães Beltrão (UFAL), “Condições para a emergência do neofascismo no Brasil: da crise política ao governo Bolsonaro” discute o aprofundamento do neoliberalismo num contexto de crise do capital e o avanço da extrema direita em muitos países, com traços diversos de fascistização. Evidenciam uma afinidade eletiva entre o neoliberalismo e o neofascismo. Particularizam no Brasil a crise política iniciada em 2013 e radicalizada em 2015, com a crise econômica que deflagrou o processo de fascistização. Além disso, analisam questões políticas que contribuíram para a eleição de Jair Bolsonaro.

O artigo “Concepção de estado em Marx, degradação dos direitos do trabalho e o governo Bolsonaro”, de Laryssa Gabriella Gonçalves dos Santos (GPEM/SE), busca refletir sobre a concepção de Estado em Marx e sobre a relação entre Estado e direitos trabalhistas. Destaca no neoliberalismo e na reestruturação produtiva, a ampliação o processo de precarização do trabalho que, no Brasil, se expressa através de algumas normativas elaboradas no governo Bolsonaro para degradar ainda mais os direitos do trabalho.

Encerrando o dossiê, o artigo “Políticas de emprego e renda do governo Bolsonaro: mãe hostil dos filhos do Brasil”, de Ednéia Alves de Oliveira e Monalisa Aparecida Santos, ambas da UFJF, apresenta as principais medidas adotadas pelo governo Bolsonaro para geração de emprego e renda, para minimizar as consequências da pandemia de covid-19 e do

aprofundamento da crise econômica pós retomada das atividades econômicas. Consideram a ineficácia das políticas implementadas durante e após a pandemia, tendo em conta o aumento da informalidade, do desemprego e da pobreza no país, refletindo a histórica política residual, focalizada e pobre no trato da questão social.

Na seção de fluxo contínuo, com temas livres, contamos com 4 artigos. O primeiro, “Conflitos socioambientais envolvendo água e mineração no Brasil: sujeitos políticos e suas lutas” de Maria das Graças e Silva (UFPE), Nailsa Maria Souza Araújo (UFSE) e Pedro Gabriel Silva (Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro - Portugal) se dedica a identificar os principais conflitos e analisar as inter-relações entre mineração e água como partes do modelo de exploração de recursos naturais. Estes conflitos socioambientais destacam a posição histórica do país como produtor/exportador de commodities e afirmam uma realidade punjantemente conflitiva no país, com múltiplos sujeitos envolvidos.

Na mesma linha de estudos ambientais, temos o artigo “Ruptura metabólica no capitalismo: a urgência do proletariado ambiental no enfrentamento à crise ecológica”, de Nicole Alves E. Pontes (UFPE), que busca evidenciar a destrutividade ambiental pelo capitalismo, partindo de uma pesquisa teórica e documental, que recupera contribuições de Marx, sobretudo no aprofundamento da categoria de ruptura metabólica. Embasada em dados de documentos e relatórios, busca situar esse debate na concreticidade, ao relacionar e evidenciar problemáticas ambientais contemporâneas e as contribuições do que Foster (2020) denominou de “proletariado ambiental”.

O terceiro artigo desta seção, intitulado “Serviço social e trabalho: mapeando o debate no âmbito do CBAS”, de Hiago Trindade (UFCG) e de Ana Beatriz Bandeira dos Santos (UFPE), se baseia em uma pesquisa de tipo quali-quantitativa, identificando e analisando 113 artigos, publicizados no eixo “Trabalho, Questão Social e Serviço Social” do Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, realizado em 2019. Identifica os principais temas e discussões sobre o mundo do trabalho e sua relação com o Serviço Social, trazendo apontamentos e desafios à continuidade desse debate na área.

Fechando esta seção, o artigo “Depoimento de crianças e implicações da Lei 13.431/2017 no trabalho de assistentes sociais” de Rita de Cássia Pereira Farias e Mariana Costa Carvalho, professoras da UFV, traz um debate sobre depoimento especial de crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de situações de violência. A partir do relato de assistentes sociais que atuam nos serviços de assistência social de um município de médio porte da zona da mata mineira, realiza uma crítica aos retrocessos que a Lei 13.431/2017 imprime para o

trabalho de assistentes sociais na escuta especializada de crianças e adolescentes.

As próximas seções, que finalizam este número, comportam uma entrevista, uma tradução e uma resenha.

A entrevista foi realizada pela professora Carina Berta Moljo com a professora Annamaria Campanini, atual presidente da *Asociación Internacional de Escuelas de Trabajo Social* - AIETS, abordando o histórico de constituição desta organização, suas relações com a *Asociación Latinoamericana de Escuelas de Trabajo Social* - ALAEITS, a situação do Serviço Social internacional e suas contribuições.

Finalizamos a edição com a resenha do livro “O Serviço Social na previdência social brasileira: as ofensivas do capital e as resistências coletivas”, de autoria de Júlio César Lopes de Jesus, realizada por Arnaldo Fernandes Pinto Júnior (Faculdade Novos Horizontes).

Desejamos uma boa leitura.

Mônica Aparecida Grossi

Isaura Gomes de Carvalho Aquino

Alexandra Aparecida Leite Toffanetto Seabra Eiras